

PLANO DE TRABALHO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.

Presidente - Tarcísio Motta (Psol/RJ)

Relatora - Prof. Luciene Cavalcante (Psol/SP)

Ato de Criação

Composição:

Titulares	Suplentes
Tarcísio Motta (Psol/RJ)	Socorro Neri (PP/AC)
Prof. Luciene Cavalcanti (Psol/SP)	Luisa Canziani (PSD/RS)
Rafael Brito (MDB/AL)	Dandara (PT/MG)
Professora Goreth (PDT/AC)	Prof. Reginaldo Veras (PV/DF)
Pedro Uczai (PT/SC)	
Fernanda Melchiona (Psol/RJ)	

INTRODUÇÃO

Há uma perspectiva corrente na educação brasileira de que seus profissionais (professores e funcionários) encontram-se em uma situação de desvalorização e precariedade de condições de trabalho. Baixos salários, problemas de estrutura, violência, sobrecarga, pressões por resultados, assédio moral, dificuldades de formação, desprestígio são

algumas características sempre apontadas quando precisamos refletir sobre a vida profissional e cotidiana dos educadores brasileiros.

Nesse sentido, nas últimas décadas, movimentos sindicais, entidades da sociedade civil e instâncias governamentais têm se debruçado sobre os diversos aspectos desta questão que engloba, carreiras estruturadas, formação inicial e continuada, condições de trabalho adequadas para o exercício da profissão e, principalmente, a construção de patamares salariais condizentes com a responsabilidade e a importância da educação das crianças, jovens e adultos brasileiros.

Esta subcomissão quer se somar a esses esforços e, no contexto de discussão e aprovação do novo Plano Nacional de Educação (2025-2035), contribuir para o diagnóstico correto da situação e para a construção de propostas e políticas públicas que resultem na superação desta histórica situação de desrespeito e desvalorização.

OBJETIVO GERAL

Promover a discussão e o levantamento de informações a respeito da situação dos profissionais da educação no Brasil em suas diferentes redes, etapas e modalidades para subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas para a efetiva valorização de todos os trabalhadores de creches, escolas e universidades brasileiras.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1) Entender os impactos da Lei do Piso Salarial Nacional do Magistério sobre as condições salariais e de trabalho de professores nos diferentes estados e municípios brasileiros e identificar o que precisa ser feito para a efetivação de todos os direitos contidos nessa legislação em todo o território nacional
- 2) Contribuir para a aprovação de legislação que determine a existência de um piso salarial nacional para profissionais não docentes da educação brasileira (em especial para a tramitação do Projeto de Lei 2531/21)
- 3) Mapear as principais características dos planos de carreira hoje existentes nas redes de educação e os desafios na consolidação deste instrumento de valorização profissional

- 4) Identificar os esforços do Ministério da Educação na Formação Inicial e Continuada de professores e demais educadores.
- 5) Analisar o cumprimento (ou não) das metas e objetivos presentes no PNE 2014-2024 e comparar com os objetivos e estratégias em discussão para o PNE 2025-2035
- 6) Identificar os principais desafios no que diz respeito à saúde dos profissionais da educação e a implementação das políticas públicas previstas para enfrentar essa questão.

INICIATIVAS

- a) Audiências Públicas na Câmara dos Deputados em Brasília
- b) Audiências Públicas nos Estados e/ou municípios brasileiros.
- c) Reuniões com entidades sindicais, movimentos sociais e universidades.
- d) Solicitação de estudo à Consultoria Legislativa da CD sobre as iniciativas legislativas existentes sobre a temática.
- e) Visita a creches, escolas e universidades para identificar as principais questões que envolvem a temática.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES.

AGOSTO

- Aprovação do plano de trabalho e reuniões de planejamento
- Audiência pública sobre tempo de planejamento e lei do Piso

SETEMBRO

- Reunião com entidades sindicais, movimentos sociais e universidades
- Reunião com MEC
- Audiência Pública sobre o Valorização dos Profissionais no Plano Nacional de Educação
- Audiência Pública sobre piso salarial nacional para os profissionais não docentes

OUTUBRO

- Audiência Pública sobre Plano de Carreira dos profissionais da educação.
- Audiência Pública sobre Formação Inicial e Continuada.

NOVEMBRO

- Elaboração, apresentação e aprovação do relatório final.